

Abertura e assimilação na língua portuguesa: o papel do escritor*

João Almino**

Resumo

Este artigo descreve algumas características próprias da língua portuguesa, sua riqueza transcultural e multicultural, bem como sua flexibilidade, musicalidade e capacidade de assimilação. Existe apenas uma língua portuguesa, e suas diversas manifestações na Europa, América, África e Ásia são mutuamente enriquecedoras e energizantes. Essa língua não precisa ser defendida contra as influências estrangeiras ou populares e “incultas”. A melhor maneira de defender uma língua é mantê-la viva através do investimento em educação, bem como da abertura cultural, da criatividade e da liberdade de pensamento.

Palavras-chave

Abertura; assimilação; português; criatividade literária.

Abstract

This article highlights some characteristics of the Portuguese language, its transcultural and multicultural richness as well as its resilience, musicality and its assimilating capacity. There is only one Portuguese language, and its diverse manifestations in Europe, America, Africa and Asia are mutually enriching and energizing. This language does not need to be defended against foreign or popular, “uncultivated” influence. The best way to defend a language is to keep it alive through investment in education as well as cultural openness, creativity and freedom of thought.

Keywords

Openness; assimilation; portuguese; literary creativity.

* Artigo recebido em 09/01/2011.

** João Almino é escritor, autor dos romances do chamado “Quinteto de Brasília”: *Ideias para Onde Passar o Fim do Mundo*, *Samba-Enredo*, *As Cinco Estações do Amor* (Prêmio Casa de las Americas 2003), *O Livro das Emoções* (indicado para o 7º Prêmio Portugal Telecom de Literatura 2009 e o 6º Prêmio Passo Fundo Zaffari & Bourbon de Literatura 2009) e *Cidade Livre* (Record, 2010).

COMEÇO COM UMA FRASE DE CAETANO VELOSO: “Minha pátria é minha língua.” Desculpem-me, não é de Caetano Veloso, mas de Fernando Pessoa e não propriamente dele. É de uma personalidade literária que foi criação dele, um seu heterônimo ou semi-heterônimo chamado Bernardo Soares. No fragmentário *Livro do Dessassossego*, ele escreveu o que tem sido tantas vezes repetido:

Não tenho sentimento nenhum político ou social. Tenho, porém, num sentido, um alto sentimento patriótico. Minha pátria é a língua portuguesa. Nada me pesaria que invadissem ou tomassem Portugal, desde que não me incomodassem pessoalmente. Mas odeio, com ódio verdadeiro, com o único ódio que sinto, não quem escreve mal português, não quem não sabe sintaxe, não quem escreve em ortografia simplificada, mas a página mal escrita, como pessoa própria, a sintaxe errada, como gente em que se bata, a ortografia sem ípsilon, como o escarro directo que me enoja independentemente de quem o cuspiu. Sim, porque a ortografia também é gente. A palavra é completa, vista e ouvida. E a gala da transliteração greco-romana veste-ma do seu vero manto régio, pelo qual é senhora e rainha. (PESSOA, 1986)

Não se trata, portanto, de um patriotismo referido a um território amplo, dos países da língua portuguesa. Trata-se de um patriotismo referido à língua mesma. O que Bernardo Soares odeia é a má escrita, tal o amor que nutre por sua pátria, sua língua.

E eis que a essa pátria pertencem mais de 210 milhões de pessoas na América, na África, na Europa e na Ásia. Quero deixar claro, de início, que me refiro ao português como uma única língua – não existe, por exemplo, uma língua brasileira à parte, a despeito do que fazem crer as traduções de livros brasileiros para o francês, nos quais lemos em suas portadas “traduit du brésilien”. Tampouco existe um dialeto brasileiro. Apesar das diferenças, que podem, em alguns casos, ser imensas, o que se fala e se escreve no Brasil ainda é a língua portuguesa, e não uma língua brasileira à parte. A língua portuguesa é uma dentro de sua diversidade: vocabular, até mesmo gramatical, morfológica e sintática, mas sobretudo de sotaque, que varia de continente para continente e até mesmo dentro do mesmo país; uma língua, por exemplo, que é consonantal em Portugal e vogalizada no Brasil. Ao ser levada de um país a outro, a própria gramática precisa se reorganizar para acomodar-se à língua viva.

Há também inversamente processos de convergência facilitados pela maior comunicação dentro do espaço luso-afro-brasileiro propiciada pela aviação, a televisão, a

música, a internet e os meios de comunicação em geral. E há características comuns das várias expressões do português, que o distinguem como língua no universo mais amplo das línguas ocidentais. Muito já se escreveu sobre a musicalidade e a plasticidade da língua portuguesa que se prestam à linguagem poética, não apenas na poesia mas igualmente na própria prosa. A flexibilidade na ordem das palavras na frase é outra característica do português nem sempre encontrável em outras línguas. A diferença entre “ser” e “estar”, existente no português e no espanhol, e as formas verbais complexas criam possibilidades de expressão impensáveis noutras línguas, como o inglês.

O alto grau de transculturalidade da língua portuguesa é outra de suas melhores características: nela está a história de Portugal e de sua expansão colonial. Nela estão as marcas da contribuição do árabe, de línguas africanas e ameríndias, bem como de diferentes imigrações, sobretudo no Brasil.

O português é uma língua latina que se desenvolveu e se fortaleceu ao absorver essas várias contribuições, e esta é uma razão para crer que não está ameaçado nem será corrompido pela assimilação de uma ou outra palavra de língua estrangeira. Há que considerar o caráter dinâmico das línguas. Concordo com o acadêmico, poeta, narrador e tradutor Geraldo Holanda Cavalcanti, quando afirmou em seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, pronunciado em 19 de outubro de 2010:

O idioma de um povo ou de uma nação é algo vivo, evolutivo, maleável. Que as palavras envelhecem já o sabia Horácio que diz, na sua *Arte Poética*: ‘Como as folhas na mata, as palavras envelhecem e caem (...). Algumas renascem, outras, agora em voga, cairão, se o uso assim o quer, o uso ao qual pertencem, nas línguas, a soberania, o direito, a regra.’ E isso se aplica tanto à palavra isolada, nas suas conotações, quanto a seu emprego na frase, no seu uso sintático, semântico, estilístico. E é, então, a literatura que é afetada. A norma culta, que cumpre aos gramáticos detectar, proteger, tampouco é marmórea, e é por saber como transgredir-la que, muitas vezes, de algum escritor que a dome, pode surgir uma nova linguagem literária.

Já houve uma época em que os puristas da língua portuguesa queriam defendê-la principalmente da influência do francês. Havia o temor dos galicismos. Hoje em dia há uma enorme preocupação com a internet e com a assimilação de muitas palavras do inglês. Frequentemente essas palavras são desnecessárias por já terem seus sinônimos latinos em língua portuguesa. Mas quem, em sã consciência, acha que seria possível evitar que

usássemos no Brasil termos como “e-mails” porque seria mais exato traduzi-los para correio eletrônico? De fato seria perfeitamente dispensável empregar um termo como “deletar”, quando existe em português “apagar”. No entanto os dicionários estão cheios de sinônimos, e “deletar” não apaga “apagar” do vocabulário. Não tem o poder de, por si só, empobrecer o pensamento.

Mais compreensível ainda é a assimilação que a cultura popular empreende, por exemplo, quando transpõe para o português ou mantém vivos no idioma vocábulos africanos ou indígenas da América ou preserva fórmulas arcaicas do próprio português, de que são exemplo os resquícios da linguagem seiscentista presentes no Nordeste do Brasil. Esses resquícios estão às vezes na própria estrutura da frase. Celso Cunha dizia, por exemplo, que a colocação dos pronomes átonos no Brasil, que difere da portuguesa, encontra “similar na língua medieval e clássica”. Além disso, neste particular, segundo sua interpretação, foi em Portugal que se processou a mudança principal, pois aqui esses pronomes “se tornaram extremamente átonos, em virtude do relaxamento e ensurdecimento de sua vogal”, enquanto no Brasil eles se mantiveram semitônicos, “e essa maior nitidez de pronúncia, aliada a particularidades de entonações e a outros fatores (de ordem lógica, psicológica, estética, histórica, etc.), possibilita-lhes uma grande mobilidade de posição na frase, que contrasta com a colocação mais rígida que têm no português europeu.” (CUNHA, 1981, p. 15-18)

A uniformização da escrita do português entre os países lusófonos não é fundamental, mas é positiva. Já a uniformização dos usos da língua, de seu vocabulário, seria não apenas impossível mas também empobrecedora. Ao ler um escritor africano de língua portuguesa, quero sentir o sabor próprio da língua portuguesa da África e, se não entendo um vocábulo, tanto melhor: tenho a oportunidade de adentrar um universo novo. Tanto a preservação dos estilos das linguagens oral e escrita locais quanto suas influências recíprocas são salutares. Felizmente já se perdeu o hábito de traduzir livros do português de Portugal ao português do Brasil e vice-versa. Devemos ser capazes, no universo da língua portuguesa, de ler uns aos outros e não apenas porque assinamos um acordo de uniformização da ortografia. Será tanto melhor para o enriquecimento de nosso acervo cultural comum e a preservação e fortalecimento de nossa língua, quanto mais possamos manter e expandir o diálogo entre nossas literaturas.

Há alguns anos escrevi sobre o diálogo interrompido nas relações literárias entre o Brasil e Portugal. Eu dizia que durante o século XIX alguns escritores brasileiros, como Gonçalves Dias, Raimundo Correia e Olavo Bilac, tiveram participação nos movimentos literários portugueses e não apenas sofreram sua influência, mas também os influenciaram.¹ Os portugueses Almeida Garret (1799-1854), Antero de Quental (1842-1891) e sobretudo Camilo Castelo Branco (1825-1890) estiveram muito atentos ao que se passava no Brasil. Por outro lado, a presença da literatura portuguesa no Brasil era imensa. As relações literárias entre os dois países ganharam maior densidade num período de cerca de trinta anos, entre 1885 e 1915. Naquela altura, o espaço literário e cultural entre o Brasil e Portugal era praticamente um só. Embora tenha sido expressiva a relação entre o modernismo português e o brasileiro, há sem dúvida uma diferença qualitativa entre os períodos anterior e posterior ao início do modernismo em Portugal e no Brasil, ficando claro que se processa um enfraquecimento dos laços literários luso-brasileiros. Entretanto, mesmo depois do modernismo, poetas brasileiros, como Manuel Bandeira e Carlos Drummond de Andrade, ou portugueses, como Fernando Pessoa, foram lidos e comentados indistintamente no Brasil ou em Portugal lado a lado com os nacionais. Foram conhecidos em Portugal os poetas Jorge de Lima, Cecília Meireles, Murilo Mendes e, mais tarde, João Cabral de Melo Neto, bem como os romancistas Ribeiro Couto, Jorge Amado, Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Amando Fontes, José Américo, Raquel de Queirós, João Guimarães Rosa, Clarice Lispector, Erico Verissimo, Lígia Fagundes Teles, entre outros. Vários, dentre estes, ainda são editados em Portugal ou seus livros são encontráveis em algumas livrarias portuguesas, em edições brasileiras. Se com o modernismo o diálogo literário entre o Brasil e Portugal não foi interrompido, mas houve uma mudança qualitativa em razão de uma fissura no espaço cultural luso-brasileiro, uma mudança de proporções semelhantes a esta, no sentido de um distanciamento ainda maior, se produziu após a implantação da ditadura militar no Brasil, em 1964. Em parte isto se explica pelo substrato político de grande parte da produção literária no Brasil, numa época em que em Portugal

¹ Vide *Os últimos luso-brasileiros*, de Silveira. Trata-se de conferência de cerca de 30 páginas, sobre a participação de brasileiros nos movimentos literários portugueses do Realismo à dissolução do Simbolismo, ou seja, de cerca de 1870 até antes das revistas *Atlântida* (1915-1919) e *Orpheu* (1915).

também se vivia sob um regime ditatorial. Embora a situação política tivesse mudado em ambos os países, até recentemente o fosso permanecia, talvez por inércia.

Creio que a situação começou a mudar. Começa a haver um contato maior não apenas entre as literaturas brasileira e portuguesa, mas também entre essas duas e a literatura dos países lusófonos da África. Esse aumento da circulação dos textos literários no espaço luso-afro-brasileiro é revigorante para a língua portuguesa e vantajoso para os países envolvidos, pois propicia a energização de uma literatura pela outra, o que é facilitado pela língua.

O lastro sobre o qual se assenta o desejo de uma aproximação literária maior e a frustração com sua inexistência é verdadeiro: a história e a língua comuns. Mas tenho dito que de nada adianta, em nome deste lastro, fazer uma defesa da necessidade de se privilegiarem as relações literárias entre os países lusófonos ou de se declarar guerra aos *best-sellers* traduzidos. Uma necessidade ou se sente ou não se sente. Veja-se o exemplo do denso intercâmbio literário espontâneo entre os Estados Unidos e a Inglaterra, assentado numa genuína admiração recíproca. Ou dos estreitos laços literários do mundo hispânico, aquém e além mar.

No Brasil houve, desde Alencar até o modernismo, uma preocupação com a questão da formação de uma literatura com identidade própria, separada de Portugal. Com a maturidade, quando ninguém duvida da existência de uma literatura brasileira distinta da portuguesa, o que cabe é o processo inverso, de identificação das semelhanças, de busca de aproximações, com o intuito, não de encontrar modelos aqui ou lá, mas de estabelecer relações horizontais, e estes movimentos de aproximação devem incluir – e felizmente estão incluindo – também a África portuguesa.

Não apenas nossos autores nacionais dialogam entre si e com outras culturas, mas o melhor do que produzem tem uma dimensão supranacional. A força de *Macunaíma* e do *Grande sertão: veredas* não reside apenas no seu caráter antropológico, regionalista, no seu brasileiro. Não são obras que se fecham no horizonte provinciano. Eça de Queirós, Machado de Assis, Clarice Lispector, Sá-Carneiro, Fernando Pessoa, Graciliano Ramos, Guimarães Rosa, José Cardoso Pires, José Saramago, Lobo Antunes, Pepetela, Mia Couto ou Herberto Helder devem ser lidos ao mesmo tempo como criadores individuais e como autores universais.

É claro, sua consistência, a substância mesma de que se nutrem, sua moeda de troca no espaço além fronteiras são dadas por sua base local, individual e cultural. No entanto, as culturas locais não são apenas um dado, um espírito fechado e estático. Têm sua dinâmica própria e podem ser abertas, como certamente o são as culturas lusófonas. Mesmo quem, como Gilberto Freyre, acreditava na necessidade de defendê-las, prezava suas qualidades de abertura. Comentando o livro daquele sociólogo *Uma cultura ameaçada*. A luso-brasileira, Sérgio Buarque de Holanda dizia: “A própria cultura luso-brasileira ele a reverencia precisamente pelas suas qualidades universalistas, pela sua capacidade de acolher formas dissonantes, acomodando-se a elas ou acomodando-se a si sem com isso perder seu caráter.” (HOLANDA, 1979, p.75). De fato, Gilberto Freyre defende a tese de que os colonizadores portugueses quase sempre buscaram solução “largamente humana e não estreitamente étnica ou nacional” (FREYRE, 1942, p. 23) para os problemas sociais. Dizia ele: “o português se tem perpetuado, dissolvendo-se sempre noutros povos a ponto de parecer ir perder-se nos sangues e nas culturas estranhas” (FREYRE, 1942, p. 26). Essa cultura portuguesa, já em si permeável e assimiladora, seria no Brasil tornada “plural e aberta a outras culturas” (FREYRE, 1942, p. 27). Creio que, nesta questão, era correta a perspectiva adotada por Freyre.

Um idioma se defende mantendo-o vivo e para isso contribui essa abertura cultural, bem como a elevação dos padrões de educação e de leitura da população. A ameaça maior a uma língua não vem de suas mudanças, mas, ao contrário, do apego a sua paralisia e a formas cristalizadas. A língua deve dar vazão ao potencial poético e crítico, deve estar aberta à interrogação e à aventura do pensamento. Deve abrigar o inconformismo e a rebeldia. Deve ser um instrumento de comunicação e de aprendizado, de expressão de emoções e de novas ideias. E tudo isso é mais fácil através de maior liberdade e não de maior rigidez.

Voltemos a Pessoa, ou melhor, a Bernardo Soares, num trecho imediatamente antes ao da referência à língua portuguesa como pátria, passagem que é uma homenagem a nossa língua pelo que diz e pela forma com o diz:

Gosto de dizer. Direi melhor: gosto de palavrar. As palavras são para mim corpos tocáveis, sereias visíveis, sensualidades incorporadas. Talvez porque a sensualidade real não tem para mim interesse de nenhuma espécie - nem sequer mental ou de sonho -, transmudou-se-me o desejo

para aquilo que em mim cria ritmos verbais, ou os escuta de outros. Estremeço se dizem bem. Tal página de Fialho, tal página de Chateaubriand, fazem formigar toda a minha vida em todas as veias, fazem-me raivar tremulamente quieto de um prazer inatingível que estou tendo. Tal página, até, de Vieira, na sua fria perfeição de engenharia sintáctica, me faz tremer como um ramo ao vento, num delírio passivo de coisa movida.

...muitas vezes, escrevo sem querer pensar, num devaneio externo, deixando que as palavras me façam festas, criança menina ao colo delas. São frases sem sentido, decorrendo mórbidas, numa fluidez de água sentida, esquecer-se de ribeiro em que as ondas se misturam e indefinem, tornando-se sempre outras, sucedendo a si mesmas. Assim as ideias, as imagens, trémulas de expressão, passam por mim em cortejos sonoros de sedas esbatidas, onde um luar de ideia bruxuleia, malhado e confuso. Não choro por nada que a vida traga ou leve. Há porém páginas de prosa que me têm feito chorar. (PESSOA, 1986)

Como conclusão eu diria que os escritores devem conviver pacificamente com as variações e assimilações da língua. Não é seu papel defender um idioma entendido como algo estático ou a norma ou padrão considerados corretos. Devem ter a liberdade para criar, inovar e fazer diminuir a distância entre a linguagem falada e a escrita. Devem, finalmente, estar atentos aos usos da língua e, como queria Bernardo Soares, escrever bem.

Referências

CAVALCANTI, Geraldo Holanda. Texto verbatim do discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, no dia 18 de outubro de 2010. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=10992&sid=704>

CUNHA, Celso. *Política e cultura do idioma*. Língua, nação e alienação. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981, p. 15-18.

FREYRE, Gilberto. *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira*. 2.ed., Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942. O livro consiste na reprodução de uma conferência realizada por Gilberto Freyre em 1940 no Gabinete Português de Leitura do Recife.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Cobra de vidro*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

PESSOA, Fernando. *Livro do Desassossego*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SILVEIRA, Pedro da. *Os últimos luso-brasileiros: sobre a participação de brasileiros nos movimentos literários portugueses do Realismo à dissolução do Simbolismo*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981.